

FHDF deixa de receber Cr\$ 5 bi de seguros obrigatórios pagos em maio

A Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF) deixou de receber em maio cerca de Cr\$ 5 bilhões do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) de um grupo de cerca de 90 seguradoras conveniadas e sob a administração da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e Capitalização. A informação é do chefe do Serviço de Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), Celso Antônio Rodrigues.

Para efetivar esta cobrança a FHDF abriu concorrência para contratação de uma empresa especializada. No próximo dia 18 as firmas interessadas entregarão as propostas, a partir das 15h, no Edifício Venâncio 2000, 3º andar.

Pela Lei nº 6.914 de dezembro de 1974, "as companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causa-

dos por Veículos Automotores de Vias Terrestres deverão repassar à seguridade social 50 por cento do valor total do custo recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS) para custeio de assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito". Os proprietários de veículos pagam este seguro ao Detran junto com o IPVA, que remete cem por cento do valor arrecadado a este pool de seguradoras. Mesmo sendo lei, a FHDF não tem recebido esta verba específica para acidentados, nem do SUS nem das seguradoras, esclarece Celso Rodrigues.

Carros populares — Brasília tem uma frota de 450 mil veículos e cada um paga o seguro obrigatório. Os carros populares, Uno e Gol, por exemplo, pagam em média Cr\$ 260 mil, valores de maio deste ano, o que dá um total de Cr\$ 118 bilhões. As seguradoras devem repassar 50 por cento desses recursos ao SUS e ficar com os outros 50 por cento para casos de morte, invalidez ou tratamento

do acidentado que for levado para um hospital da rede privada. Como o número de veículos é muitas vezes maior que o número de acidentados, diz Celso Rodrigues, mesmo havendo o repasse ao SUS é possível as seguradoras obterem lucro em suas operações.

O médico frisa ser difícil saber se o SUS está ou não recebendo e em caso afirmativo, repassando esta verba, "porque os recursos que compõem o orçamento do setor saúde da Seplan, para pagamento de pessoal; do Inamps, para manutenção e custeio; do Ministério da Saúde, para construções, equipamento e apoio a programas especiais; e do GDF, principalmente para manutenção. O repasse do Inamps é feito através do pagamento de produtividade de internações e consultas ambulatoriais, com um teto calculado com base na população do DF, mais o Entorno e ainda outros estados do País, a verba é insuficiente para o atendimento aos acidentados, por exemplo.

10 JUN 1993

COMUNICADO BRAZILIENSE